

*12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Junho de 2007*

**ACTA**

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 15.01.2007

Ponto 4. **EDUCAÇÃO – ACÇÃO SOCIAL**

. Programa Ocupação dos Tempos Livres

- Candidaturas

Ponto 5. **ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL**

. HABITAÇÃO SOCIAL // PROGRAMA PROHABITA

- Arrendamento - 1.ª Fase

Ponto 6. **ACÇÃO SOCIAL**

. Direcção-Geral da Segurança Social

- Registo dos Estatutos da Associação de Desenvolvimento Social, Cultural e Desportiva da Freguesia de Tapeus

Ponto 7. **HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

. CASAS MORTUÁRIAS – DAS PARÓQUIAS OU INSTITUIÇÕES

- Apoios ao Investimento // 2007 (1)

***12.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Junho de 2007***

Ponto 8. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS**

- . Mercado Municipal de Soure
- Proposta de Regulamento

Ponto 9. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2007**

- . Apreciação de Propostas de Alteração - 4.<sup>a</sup>/4.<sup>a</sup> - .

Ponto 10. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

**Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações**

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Junho de 2007***

O Senhor Presidente começou a reunião prestando um conjunto de informações:

**\* CULTURA**

- No dia 24 de Junho, Domingo, estivémos na Sede da Freguesia de Pombalinho, na subscrição de um Protocolo de Apoio ao Investimento com a Fábrica da Igreja, relativo à construção/reabilitação do edifício “Sede” do Centro Paroquial.

- No dia 26 de Junho, no 10.º Aniversário da Associação de Reabilitação Social e Desinstitucionalização de Doentes Psiquiátricos - ARSDOP, uma IPSS do Concelho da Freguesia de Alfarelos, que funciona num espaço adjacente ao Centro Psiquiátrico de Recuperação de Arnes.

Nesse 10.º Aniversário, estiveram, também, presentes todos os Membros do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Sobral Cid que, como é do conhecimento público, passou a integrar, não apenas o Sobral Cid, mas também o Centro Psiquiátrico de Recuperação de Arnes e o Hospital do Lorvão. Houve uma pequena sessão Protocolar, sendo que o Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Sobral Cid, ao mesmo tempo que dava os parabéns, fez um desafio à ARSDOP para que, de alguma forma, continuasse a sua resposta em termos de Acção Social, dando nota de que o caminho passaria pela intensificação das parcerias com o Centro Psiquiátrico de Recuperação de Arnes.

Na intervenção de encerramento, naturalmente dei os parabéns do Município à Instituição aniversariante e aproveitei para manifestar a nossa preocupação com as notícias veiculadas pela comunicação social dando nota que um conjunto de unidades de Psiquiatria deveriam encerrar até 2012.

**\* PROTECÇÃO CIVIL**

- No dia 22 de Junho, a convite do Senhor Governador Civil do Distrito de Coimbra, estiveram os Concelhos de Montemor-o-Velho, Cantanhede, Figueira da Foz, Soure e Mira, na apresentação do Plano de Emergência relativo ao investimento em curso na A17, no Troço Louriçal/Mira. Fiz-me acompanhar por um dos nossos Técnicos que tem acompanhado o impacto negativo dessas obras nas nossas Estradas Municipais, e pelo Comando dos Bombeiros Voluntários de Soure, porque se tratava da apresentação de um Plano de Emergência...

Estas iniciativas têm sempre um período de debate... o Senhor Governador Civil, na altura, adiantou que se tratava de um investimento de grande significado que facilitaria o acesso aos Concelhos atravessados... evidentemente, foi aberta a possibilidade para ter referido que, não obstante não fosse esse o desígnio da

***12.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Junho de 2007***

reunião, no caso de Soure e de uma parte dos Concelhos de Montemor e Figueira da Foz, não se verificaria a melhoria desejada... que, aliás, o processo era recorrente, que o Senhor Governador o conhecia bem e que continuávamos a considerar como um facto negativo que esse troço não contemplasse um Nó que servisse um conjunto de Freguesias dos Concelhos de Soure, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz...

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho interveio a seguir, defendendo que esse novo Nó era imperativo e que o mesmo deveria ficar no Concelho de Soure, por razões que se prendem com a maior proximidade com as Freguesias de Verride e Abrunheira...

Devo dizer-vos, que o próprio Presidente do Conselho de Administração do Grupo Económico Concessionário, adiantou que a própria Brisal já estava a desenvolver um conjunto de estudos na Zona de Moinho de Almojarife/Alqueidão, como forma de acautelar a possibilidade de poder vir a surgir aí um nó adicional.

Enfim, vamos continuar a acompanhar de forma diligente e responsável este processo.

Não deixei também de abordar as duas questões que tinham que ver directamente com a razão de ser da iniciativa... uma delas foi dar conta de que a Protecção Civil Municipal está disponível para toda a articulação de esforços que está contemplada e prevista no Plano de Emergência e para participar em todos os simulacros que entenderem por bem fazer para testar quaisquer eventuais ocorrências negativas, embora desejando que tal não venha a ser necessário.

Outra, teve a ver com a anormal degradação das vias rodoviárias envolventes ao investimento que está a ser feito... foi assumido que haverá uma total e completa reposição do estado de conservação em que tudo se encontrava!!!...

Por outro lado, em termos ambientais, chamei ainda a atenção que, não obstante a monitorização quinzenal que está a ser feita pela C.C.D.R.C. e pelo Instituto do Ambiente, porque é uma obra com parece favoráveis condicionados, no caso do Concelho de Soure, dada a proximidade de uma instância Termal, os cuidados de acompanhamento deveriam ser, naturalmente, acrescidos e ainda mais profundos...

**\* COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES**

- Informar que foram enviadas cartas aos Senhores Presidentes da Junta e da Assembleia, da Freguesia da Granja do Ulmeiro, convidando-os a pronunciarem-se de novo sobre o Regulamento de Trânsito em vigor.

Com efeito, a Câmara Municipal aprovou, em Março de 2006, um Regulamento com base numa proposta que nos foi sugerida por esses órgãos autárquicos...

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Junho de 2007***

porém, têm havido manifestações diversas que poderão eventualmente apontar para a necessidade de alguns ajustes, algumas modificações, naturalmente tendo em vista a melhoria do conforto e segurança dos Munícipes residentes e dos que por lá passam.

\* ANMP

- Nos dias 15 e 16 de Junho, eu, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Gesteira, estivemos no 17.º Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Os assuntos tratados, ligados à Educação, à Acção Social, à Saúde, ao Ambiente e ao Ordenamento do Território, tiveram basicamente a ver com aquilo que já são experiências em curso... com aquilo que são as transferências que a Associação Nacional de Municípios concorda que se verifiquem e em que condições... aliás, as conclusões já foram todas publicadas e não têm, praticamente, diferença nenhuma comparativamente com um conjunto de conclusões provisórias... curiosamente, as notícias “mais” objectivadas, tiveram a ver com o Ordenamento do Território, domínio onde ainda não se verificou propriamente qualquer tipo de transferência de competências.

Por exemplo, com aquilo que passará a ser o novo Regime de Licenciamento Municipal e o novo Regime de Ordenamento de Território... haverá uma redução significativa dos prazos administrativos normalmente adjacentes a um conjunto de alterações e de revisões... Evidentemente, que a Associação Nacional de Municípios, e bem, é extremamente exigente naquilo em que serão as condições em que se deverão processar todas e quaisquer transferências, dentro do espírito que já é do nosso conhecimento, porque temos trazido à reunião de Câmara as orientações aprovadas, normalmente, por unanimidade, pelo Conselho Geral... portanto, em matéria de transferência de competências, a “história” que tem que ser acompanhada de meios, mas de mais meios do que habitualmente afectos, parece-nos estar a ser uma condicionante de que os seus dirigentes não abdicam, porque entendem que o grau de exigência na avaliação desses serviços é bem superior àquele que existe para quem o presta à distância.

Há um dossier exaustivo, sobre as conclusões, ainda que se nos afigure que, do ponto de vista da eficácia imediata, as novidades em termos de ordenamento do território foram as mais relevantes.

## *12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 28 de Junho de 2007*

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “no dia 16 de Junho, estivémos presentes no 5.º BTT Nocturno, organizado pelo Grupo Cascos e Rolhas. No mesmo dia num convívio no lugar dos Novos.

No dia 17 de Junho, fomos convidados pela a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Soure, para o Programa de Encontro de Fanfarras; nesta iniciativa participaram 10 Fanfarras de Bombeiros Voluntários: de Soure, Figueira da Foz, Coja, Brasfemes, Oliveira do Hospital, São João da Madeira, Esmoriz, Torres Novas, Carregal do Sal e Queluz. Apresentaram um bonito espectáculo de um forte impacto visual e musical de boa qualidade.

Dizer uma pequena particularidade, há trinta anos, precisamente, fiz parte da 1.ª Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Soure, o que me orgulho bastante.

As Fanfarras são uma vertente de algumas Corporações de Bombeiros, que está direccionada, fundamentalmente, para a musicalidade, para o convívio, para a festa, para alegria... é uma vertente, um bocado, oposta àqueles períodos de sacrifício, de angústia, de sofrimento e, infelizmente, de muita dor.

Queria felicitar a Direcção e o Comando do Corpo Activo dos Bombeiros que felizmente para todos nós há uma sintonia, perfeita, pela nossa Fanfarra, pela qualidade que ela tem e outra pela qualidade da organização e a dignidade que deram a este evento.

No dia 22 de Junho, o Clube de Pesca de Soure, promoveu um convívio de encerramento do Campeonato Regional de Veteranos da Associação Regional de Pesca Desportiva.

No dia 15 de Junho, no âmbito da abertura da Casa do Futebol Clube do Porto do Concelho de Soure, recebemos no Salão Nobre os mais altos representantes da Instituição Desportiva do Futebol Clube do Porto, estou a falar do Senhor Presidente Pinto da Costa, do Senhor Presidente da Assembleia Geral, Senhor Silveira Pinto, do Senhor Presidente do Conselho Superior, Dr. Pôncio Monteiro, entre outros... também algumas referências desportivas que estiveram presentes foram: o Seninho, o Quim e o Fernando Gomes.

Foi uma honra receber esta grande Instituição Desportiva do nosso País, como é o Futebol Clube do Porto.

No dia 17 de Junho, também tivemos a maior honra de receber uma Comitiva de CicloTuristas do Sobral, organização promovida pelo Centro Social do Sobral.

Em representação do Senhor Presidente de Câmara, estive no segundo Passeio Convívio de Executivos e Presidentes de Assembleia de Freguesia; desta vez fomos visitar a Região do Douro, foi um dia diferente, um dia de descontração, onde os problemas e as preocupações se colocaram de lado e os grandes objectivos foram

## *12.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 28 de Junho de 2007*

atingidos que é o melhor conhecimento entre todos, reforçar a amizade, partilhar momentos de alegria fora de um ambiente de trabalho, de pressão, e de algum preconceito de ordem emblemática.

Acima de tudo foi um convívio entre pessoas, seres humanos, com capacidades e fragilidades, com algumas opiniões diferentes, mas com objectivos comuns, o melhor para as pessoas das suas terras. A grande maioria destes autarcas são pessoas humildes, são pragmáticos, têm um grande amor à sua freguesia e têm um forte sentido de amizade e de solidariedade ao contrário de outros, onde a demagogia, as palavras rendilhadas, a distância com as pessoas e com as realidades do concelho, são uma constante. Mas pensava que certos Vereadores, para além de algumas divergências, confrontos de base política, mantivessem, de um passado muito recente, cumplicidades, amizade e, acima de tudo, alguma pequena solidariedade, naturalmente sem comprometer as opções políticas... mais uma lição na minha vida.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “estive presente em festas convívio com toda a comunidade educativa, as quais assinalaram o encerramento do Ano Lectivo, em Escolas do 1.º Ciclo na Granja do Ulmeiro, nas Degraças e Tapeus.

Uma particularidade comum a estes encerramentos é que em todas elas houve a participação, também, daquilo que foi ao longo do ano, a existência das Actividades de Enriquecimento Curricular, o que foi interessante, porque se verificou aqui uma articulação entre estas actividades, os Professores Titulares de Turma, naturalmente os Alunos e a Comunidade Educativa, Pais, Funcionários e Família.

Na área da Cultura, no dia 17 de Junho, decorreu mais um Festival de Folclore, desta vez na Ribeira da Mata e assistimos também a uma peça de Teatro na Gesteira, pelo Grupo de Teatro da Gesteira, que encerrou o ciclo de representações da peça que tem tido em cena.

No dia 23 de Junho, continuámos com o ciclo de Festivais de Folclore, desta vez no Cercal.

No dia 25 de Junho, abrimos a Exposição “Mitos e Personalidades”, de Fernando Lopes, que está patente no Museu Municipal até ao final do mês de Julho. Uma exposição interessante, uma “exposição de retrato”.

Na área da Acção Social, no dia 16 de Junho, estive presente no 66.º Aniversário da Fundação Maria Luísa Ruas, Instituição que fez uma homenagem à sua fundadora e que começou por ser “Patronato Nossa Senhora da Conceição”.

## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 28 de Junho de 2007***

No dia 23 de Junho, assistimos ao encerramento do ano Lectivo das valências, Creche, Pré-escolar e ATL, que decorreu na Associação Cultural, Recreativa e Social de Samuel, onde também esteve presente toda a comunidade educativa daquela instituição.

No dia 27 de Junho, decorreu no Espaço 1111 o encontro de ATL's, organizado pelo PDIAS, que é uma acção que integra o Plano Anual de Actividades desta entidade.

Informar, também, que já estão operacionais os 5 postos Internet do Museu Municipal, no âmbito da Candidatura ao POS-C. Neste momento, temos 6 postos Internet na Biblioteca Municipal e 5 no Museu Municipal de Soure, como aliás, decorria dos pressupostos das Candidaturas apresentadas.

Nos dias 18 e 19 de Junho, decorreram reuniões do Conselho Local da Acção Social, onde naturalmente estiveram presentes os parceiros e foram apresentadas e aprovadas 7 Candidaturas ao PARES - Programa de Alargamento de Rede de Equipamentos Sociais. Desta vez, estas 7 Candidaturas, são quatro relativamente a Lares de Idosos, sendo que, duas delas, integram, também, a Valência Creche, um Lar Residencial na área da Deficiência, um Lar Residencial na área da Psiquiatria e uma Unidade Residencial, também, na área da Psiquiatria; esta foi a 2.ª fase de candidaturas a este Programa. Relembro que, numa 1.ª fase, foram aprovadas 3 Candidaturas, dois Lares - uma do Centro Social de Alfarelos e outra da Associação Cultural e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha -, e a Candidatura a "Creche", apresentada pela Associação Cultural e de Solidariedade da Freguesia da Vinha da Rainha. Todas as Candidaturas foram aprovadas pelo CLAS, uma vez que vão ao encontro das necessidades diagnosticadas no nosso Diagnóstico Social e também no Plano do Desenvolvimento Social."

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: "na Segunda-feira, dia 25 de Junho, eu e o Senhor Director de Departamento, Dr. Marcus Tralhão, juntamente com dois Técnicos Superiores, fomos ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, antigo INH, para uma reunião sobre a nossa Candidatura ao Prohabita. Levávamos um conjunto de dúvidas que, tinham grande importância sobre a vertente de arrendamento e a vertente da aquisição e reabilitação. No arrendamento colocámos questões que tem a ver com a dinâmica desta vertente, apresentámos candidaturas para 11 famílias, levadas ao arrendamento, tivemos a desistência de 3 que encontraram soluções por seu modo próprio; perguntámos se poderiam ser substituídas por outras ou não, aliás, tinha sido um aspecto aqui já



***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Junho de 2007***

avanzado pelo Senhor Secretário de Estado, como um aspecto positivo de alteração da política de Habitação Social.

Sobre a questão da aquisição e da reabilitação, as nossas dúvidas, prendem-se com o levantamento de habitações que a Câmara pretenderá adquirir e fazer os projectos, para termos um levantamento dos custos do financiamento, para sabermos até onde poderemos ir e lembrar, também, de que há uma parte ainda do financiamento que poderemos ir buscar, para além daquele que nos foi atribuído, porque vamos investir na Zona Histórica. A reunião correu muito bem, foi muito esclarecedora.

Também sobre Habitação, o Senhor Presidente disse que concorreram duas empresas em parceria e pela informação que tivemos, do IHRU sobre estas 2 empresas e a sua tradição em Habitação a Custos Controlados e Habitação Social, dá-nos garantia de que, efectivamente, o investimento que vai haver e que neste momento está a ser analisado, será de qualidade, porque é isso que esta Autarquia, este Executivo, pretende: dar uma resposta de qualidade no âmbito de Habitação Social.

Sobre o Mercado Municipal, decorreu ontem, dia 27 de Junho, a abertura da Hasta Pública. O Salão estava praticamente cheio, de pessoas que apresentaram as suas propostas. Na próxima reunião apresentarei um documento de balanço, sobre o resultado da hasta pública.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “mais uma vez, os Senhores Vereadores e o Senhor Presidente, trazem-nos aquilo que, no meu entendimento, é a agenda política da Câmara que pressupõe um conjunto de trabalhos no terreno, um conjunto de reuniões, um conjunto de tomadas de posição que nós, porventura, entendemos em termos de Filosofia de actuação porque é importante para o poder político dar nota de que, efectivamente, está, digamos, no terreno, porventura, também é importante para nós porque é uma via importante que temos para tomar contacto com algumas das situações do concelho e que são divulgadas nas intervenções feitas no Período Antes da Ordem do Dia.

Portanto, nada a opor, pelo contrário, é uma estratégia, é um posicionamento, é uma maneira de funcionar, temos que aceitar e conforme disse, algumas das informações que são prestadas para nós assumem-se claramente como importantes, porque nos permitem acompanhar algumas dessas iniciativas.

Foi-nos dado nota de uma excursão que foi feita por alguns dos agentes políticos da nossa terra... eu já o ano passado em relação a essa excursão... o ano passado foi ao Alentejo - é uma terra de boa gente -, o ser escolhido o Alentejo pressupõe

***12.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Junho de 2007***

que houve objectivos, digamos com o tipo de excursão efectuada e o ano passado lembro-me bem de ter dado nota do meu desacordo, mas quem manda é quem pode. De qualquer maneira, agora, a viagem foi ao “Douro”- mais para Norte -, e portanto essa excursão feita nos mesmos moldes, segundo me apercebi; apercebi-me também que o Senhor Presidente não esteve como o ano passado no Alentejo, o que também devo assinalar. Mas, de qualquer maneira, alguma coisa fez mal nesta viagem ao Senhor Vice-Presidente, porventura as curvas do Douro, porque fez questão de fazer um conjunto de insinuações, sem focar e sem folanizar a questão, pressuponho que pode estar a referir-se a nós e não tendo eu recebido qualquer convite para essa excursão e não percebendo as insinuações do Senhor Vice-Presidente, permitia-me sugerir-lhe que se tem alguma coisa a dizer, concretamente, e acho que estamos aqui numa reunião que é o Executivo da Câmara, as coisas devem ser feitas e ditas com alguma clareza que é para todos sabermos do que estamos a falar. E porque pensando eu, se para o ano a jornada de coesão for à Serra da Estrela, que tem muito mais curvas no caminho, digamos, as insinuações podem ser superiores ainda... gostaria de entender o que é que o Senhor Vice-Presidente pretendeu com as afirmações que fez; se o Senhor Presidente acha que a questão deve ser colocada desta forma, senão vejo-me obrigado a colocá-la nas formas regimentais.”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “dizer-lhe que, a sua ironia já me meteu alguma graça, agora não achei piada nenhuma, isso com toda a honestidade. Eu e o Senhor Presidente somos convidados pelas Juntas de Freguesia. É uma iniciativa promovida pelos Senhores Presidentes de Junta. Eu sou apenas um interlocutor.

A organização é feita por três Juntas de Freguesia de forma rotativa.

Em relação às insinuações penso que para bom entendedor fui explícito, mas se o Senhor não entendeu, ouça a gravação, e com certeza vai perceber aonde eu quis chegar.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “Senhor Vice-Presidente, não vou ironizar mas vou-lhe dizer claramente que exijo que me explique o que quer dizer com essas insinuações, porque o Senhor Vice-Presidente proferiu, no meu modesto entendimento e no da minha bancada, afirmações gravíssimas, porque me está a imputar a mim e aos meus colegas a não ida a uma excursão, com o invólucro que V. Exa. quiser dar-lhe, sem nós termos sido convidados para a mesma... das duas uma, ou o Senhor manifesta aqui que desconhecia que não fomos convidados para a mesma ou então está a cometer uma situação que, no

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Junho de 2007***

meu entendimento, é gravíssima em termos de relacionamento neste órgão e que eu não vou, nem estou disponível a deixar passar.

Senhor Vice-Presidente se tem alguma coisa que deva dizer, diga agora.”

O Senhor Presidente referiu que: “não vou impedir, enquanto Presidente deste órgão colegial, que a divergência possa ser esclarecida, mas permito-me, no entanto, fazer duas considerações: a primeira, para dizer que, com todo o respeito, tive já o ano passado oportunidade de falar com o Dr. Carlos Páscoa sobre esta iniciativa dita de natureza “excursionista”, ainda que com uma componente de turismo e de convívio... É preciso perceber que existem parcerias, no dia a dia, entre as Câmaras Municipais e os Autarcas de Freguesia e é o Senhor Vice-Presidente que, nas funções que lhe estão distribuídas, mantém um contacto quotidiano muito próximo com os Senhores Presidentes de Junta... a Câmara Municipal tem também uma política, que, aliás, é referida em todas as Informações Escritas da Actividade Municipal, de cedência dos autocarros para iniciativas diversas, designadamente nos domínios, da Educação, da Cultura, do Desporto, da Acção Social, da Protecção Civil... também a Autarcas, sempre que se entende que há utilidade social nessa iniciativa.

O que tem acontecido, tanto quanto me tenho apercebido, é que dessa proximidade quotidiana, entre os Presidentes de Junta, os Autarcas de Freguesia e os responsáveis da Câmara que, no dia a dia, mais de perto implementam na prática, em termos operacionais, as parcerias, é que eles têm entendido que isso tem estimulado, tem intensificado um conjunto de valores, como o afecto, a amizade... portanto, não concordo, como já não concordei o ano passado, que se veja e resuma esta iniciativa a uma mera excursão, no fundo como mais um exemplo infeliz, como muitos, com que às vezes se tenta descredibilizar a actividade da classe política... Eu penso que se há coisas em que devemos estar do mesmo lado, independentemente de divergências estratégicas, é na credibilização da actividade política... esta, continuo a achar que se trata de uma iniciativa saudável... só não fui este ano porque, manifestamente, tinha uma série de outras iniciativas de natureza municipal que me impediram de ter estado presente...

De qualquer forma, o entendimento que tive das palavras do Senhor Vice-Presidente foi de que ele enfatizou que se estabelece no quotidiano uma relação de amizade, de solidariedade, entre autarcas de diferente coloração partidária... depois, “rematou”, de forma política, ao contrário porventura de alguns ou de outros que, em determinados momentos, não terão essa solidariedade, nem essa forma amiga de estar... Este foi o entendimento que fiz das palavras do Senhor

***12.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Junho de 2007***

Vice-Presidente... porventura, tratou-se de um comentário político, que, pode ter sido mais ou menos agradável, que cada um entende como entenda dever entender... mas, sinceramente, não vejo nisso qualquer situação, digamos, que tenha o menor interesse com aquilo que nos trás cá, ainda que perceba que as pessoas devam procurar clarificar as coisas, quando entendem que não ficaram esclarecidas com o que foi dito...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “agradeço a maneira, enfim, estruturada conforme deu a sua opinião, portanto nada a opor.

Senhor Vice-Presidente, o Senhor insultou-me e, portanto, vou-lhe dizer o seguinte: o Senhor Vice-Presidente vai provar que eu recebi um convite, ou algum de nós, para ir a essa iniciativa que foi retratada pelo Senhor Presidente... vai provar isso e vai ter a maçada, certamente, de na próxima reunião de Câmara nos explicar qual foi o envolvimento financeiro da Câmara nessa iniciativa, mas, em 1.<sup>a</sup> Instância vai provar que recebemos um convite para ir a essa iniciativa; se não provar isso, aquilo que é porventura obrigatório entre pessoas, enfim, que se conhecem e tenham respeito mútuo, é que peça desculpa pelo que disse.”

O Senhor Presidente referiu que: “Senhor Vereador, o envolvimento financeiro desta iniciativa começa e acaba na cedência de um autocarro municipal... é o habitual, quando há qualquer apoio a uma iniciativa desta natureza, seja ela dos Bombeiros, de um qualquer Grupo Desportivo, seja do que for... sobre isso que não haja a menor dúvida!!!...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “o Senhor Vice-Presidente vai ter que provar que eu recebi um convite para ir a essa iniciativa e se não provar eu exijo desculpas públicas.

Eu fui ferido na minha dignidade e, Senhor Presidente, aceite que esta menção que estou a fazer, esta interpelação que estou a fazer é em defesa da honra e não vou abdicar disto.”

O Senhor Presidente referiu que: “já todos percebemos o estremar das partes, mas, apesar de tudo, acho que não fui claro como gostaria... Tenho para mim, não podendo estar na cabeça de cada um de vós, que o que possa estar subjacente às afirmações que, porventura, terão desagradado aos Senhores Vereadores não tem nada a ver com o terem sido ou não convidados... O Senhor Vice-Presidente disse que as razões que estão por detrás deste tipo de iniciativas, assentam no

***12.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Junho de 2007***

relacionamento que se estabelece, de afecto, de amizade... isso não tem nada a ver com o ter sido convidado ou não... assim sendo, não estará em causa a questão de ter sido convidado ou deixar de ter sido convidado... penso que houve, se quiser, uma linguagem metafórica, como quem diz: entre nós e os Presidentes de Junta, há amizade, há solidariedade, ao contrário da relação que existe com alguns...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “percebo o seu papel mas não vou abdicar disto.”

O Senhor Presidente referiu que: “o Senhor Vereador quer que o Senhor Vice-Presidente peça desculpa, porque terá afirmado que não há amizade com os Vereadores, mas, em circunstância alguma, se estava a referir ao ter sido convidado ou deixar de ser...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “faço questão que até à próxima reunião de Câmara me seja enviada a disquete para ouvir e agir em conformidade. Senhor Presidente, naturalmente vai-me ser enviada a gravação mas, de qualquer maneira, acho que se abriu aqui hoje um precedente muito desagradável, um precedente em que se fazem insinuações sem o mínimo de substrato documental; em que quando se usa da palavra se refere directamente ou indirectamente a colegas da bancada, apelidando-os de incumpridores de convites que não receberam a não ser que entre nós as relações se pautem por situações absolutamente desagradáveis, o que eu não quero que aconteça, já que o debate político, em que cada um defende as suas posições, deve ser feito com elevação e com dignidade, a não ser que esse estatuto de oposição seja assumido por todos nós e pelos Senhores Vereadores, também da maioria como sendo importante para o desenvolvimento político de uma estrutura de índole camarária. É importante que se salve o bom nome das pessoas e que se salvaguardem situações que manifestamente são contrárias àquilo que é importante nós assumirmos para cada um de nós, que é o bom nome; acho perfeitamente destituído de sentido que qualquer Vereador impute a um colega seu de Vereação o incumprimento de um convite sem se aperceber previamente se ele foi ou não convidado para tal; nessa concomitância e tendo em linha de conta o pedido expresso que o Senhor Presidente fez que terminássemos esta discussão, aquilo que eu pretendo, exclusivamente, é reparar a minha honra e a dos meus colegas em relação às insinuações que foram feitas pelo Senhor Vice-Presidente sem o mínimo de fundamento e sem poderem ser concretizadas.”

***12.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Junho de 2007***

O Senhor Presidente referiu que: “independentemente de podermos concordar ou discordar do que foi dito, afigura-se-me, pareceu-me, do que ouvi, que em momento algum possa ter havido uma situação de ofensa da honra... não houve referência expressa a nenhuns Vereadores e muito menos de “incumpridores” de convites que não receberam... mas isto foi a minha audição e penitenciar-me-ei se, porventura, não foi isso que foi dito.

Percebo que, com base na interpretação que possa ter feito, sinto necessidade de falar em questão de reparação de honra... aquilo que ouvi, repito, é mesmo uma referência ao tipo de relacionamento saudável entre o Senhor Vice-Presidente e Autarcas de Freguesia ao contrário de outros relacionamentos... não vi sequer qualquer ligação entre isso e o incumprimento de convites que não receberam...”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “de facto, se as últimas palavras foram para causar incomodidade em alguém, elas conseguiram causar. Sou uma pessoa com medida nas palavras, nos actos, nas acções e que, mesmo nos momentos mais quentes de discussão nesta câmara, me pautei sempre por algum equilíbrio, senti-me também incomodado com as palavras que foram proferidas pelo Senhor Vice-Presidente, sobretudo porque elas não concretizam quem são as pessoas e deixam no ar alguma suspensão que é sempre incomoda para todos nós. As divergências políticas que todos nós assumimos, em alguns pontos, outros, talvez com urgência, pensei eu que não pudessem de alguma forma interferir com as nossas amizades pessoais e das nossas relações pessoais e gostaria que isso não viesse também a afectar essas relações, porque entendo que todos nós somos pessoas, antes de sermos políticos; poderemos ter divergências políticas e termos um bom relacionamento pessoal que acho que era aquilo que devia acontecer. Mas, de facto, as palavras também me incomodaram e não podia deixar de referir isso; se calhar, temos que pensar no impacto que as nossas palavras têm mesmo que, para nossa leitura, possam ter um impacto diferente daquele para quem elas são dirigidas; também não podia deixar de dizer esta minha incomodidade face a essas palavras porque, de facto, sempre que sou convidado só por manifesta impossibilidade não estou nos actos para os quais sou convidado, mas isso é uma outra questão.

Senhor Presidente tinha duas questões, uma já respondeu, que era sobre a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Criámos algumas expectativas relativas ao Congresso Nacional de Municípios, sobretudo numa posição de força deste organismo, nalgumas questões que estão no campo de batalha, chamemos-

***12.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Junho de 2007***

lhes assim, entre as transferências de competências e as transferências de verbas que acompanharam isso; V. Exa. já fez uma resenha daquilo que se passou, esperemos que tenha usado das suas capacidades para manifestar as preocupações que aqui foram reflectidas nesta Câmara durante os últimos tempos, esperando que aqui não aconteça o que tem acontecido nalgumas áreas da vida política nacional, que é a política do governo, evidentemente que é a política do acto consumado, põe à discussão um acto que já está previamente definido e nós entendemos que os Municípios devem ser auscultados à anterior, daí a nossa preocupação.

Relativamente à Educação, como sabemos já acabou o Ano Lectivo, ou está prestes a acabar, porque estamos em época de exames; houve algumas alterações em termos organizativos no nosso Concelho, foi chamado um Mega-Agrupamento, houve a divisão de Circulo de Centro de Escolas, houve alguns reajustamentos e acho que era importante que nos fóruns próprios, evidentemente, Assembleia de Escola, se pudesse começar a ter uma ideia de quais são os impactos dessas alterações a todos os níveis, sobretudo, a nível do aproveitamento escolar dos alunos porque esse é o mais importante, essa é uma questão que também me preocupa, como cidadão, como munícipe e como pai que trás lá os filhos, aperceber-se, de facto, destas alterações que aconteceram algumas de carácter, puramente, administrativo, se tiveram um impacto positivo ou nem por isso. Também uma reflexão que eu acho importante, sei que está a acontecer em diversos fóruns, quer a nível concelhio, quer a nível distrital e regional, sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular e também qual a direcção que devem tomar as mesmas, sabemos que as nossas crianças estão a ter cada vez menos tempo para brincar e esse é um direito que está estatuído nos Direitos da Criança, é o direito a brincar; todos os documentos que tenho tido acesso referem que muitas das Crianças, sobretudo aquelas mais periféricas dos centros onde ocorrem as Actividades de Enriquecimento Curricular, têm pouco tempo para brincar, chegam muito cansadas e esta é uma reflexão que devemos fazer para que, no próximo ano, possamos dar ainda uma resposta melhor nestas actividades. Pedia ao Senhor Presidente que, numa das próximas reuniões, se fizesse um balanço destas alterações que aconteceram no nosso Concelho a respeito, não só do ensino do 1.º, 2.º Ciclo, Secundário e das outras ofertas formativas, mas também Pré-Escolar que, como sabemos, tem uma importância primordial no desenvolvimento das nossas crianças.”

O Senhor Presidente referiu que: “se houve domínio que foi muito “tratado” no Congresso, foi o da Educação quer no plano da Educação Pré-Escolar, quer do Básico 2.º/3.º Ciclos, quer no plano dos Transportes Escolares, quer no plano das Actividades de Enriquecimento Curricular, quer mesmo no plano da Gestão do

**12.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Junho de 2007**

Pessoal Não Docente e Docente... se a Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, assim o entender, poderia ter alguma utilidade, que pudéssemos ser confrontados com alguma reflexões possíveis sobre a forma como decorreu o Ano Lectivo que agora findou e sobre as perspectivas nos diferentes domínios, em termos de transferência de competências... de facto foi um Ano Lectivo que teve no nosso Concelho algumas alterações profundas em termos organizativos, portanto, penso que se justifica que possamos sobre isso reflectir, até porque como sabem a Câmara Municipal pronuncia-se nos diferentes órgãos de gestão e deve fazê-lo, tanto quanto possível, sobre reflexões conhecedoras.”

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências**  
**2.1. Licenciamento de Obras Particulares**

*Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje.*-----

**Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 15.01.2007**

*Deliberado, por maioria, com seis (6) votos a favor e uma (1) abstenção, aprovar a presente Proposta de Acta.*-----

**Ponto 4. EDUCAÇÃO – ACÇÃO SOCIAL**

**. Programa Ocupação dos Tempos Livres**  
**- Candidaturas**

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “apresentámos 4 projectos ao Instituto Português de Juventude relativamente ao Programa de Ocupação dos Tempos Livres, que visa promover a ocupação saudável dos tempos livres dos jovens. Os 4 projectos estão aqui explanados: Momentos Lúdicos na Casa da Criança, com a colaboração de Educadoras e Auxiliares em Actividades Lúdicas dinamizadas na Casa da Criança de Soure, durante o mês de Julho; duas Esplanadas do Livro, uma nas Piscinas Municipais de Soure e outra em Vila Nova de Anços que, no fundo, pretendem dar continuidade, nas férias, ao Programa Integrado de Promoção da Leitura, ao colocarmos livros e revistas à disposição de quem frequenta as Piscinas; também o já habitual projecto relativo aos Grupos de Verão/Encontros Psicolúdicos que se destinam, acima de tudo, a crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico, orientados pelas Técnicas do Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal; irá também haver uma articulação com os Ateliers de Verão,



**12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Junho de 2007**

que irão decorrer na Biblioteca Municipal de Soure, que serão dinamizados pelas Educadoras que estão na Biblioteca, também como forma de dar continuidade ao Programa Integrado de Promoção da Leitura durante as férias de Verão. No fundo, são diferentes formas de ocupação sobretudo de crianças e também uma forma dos jovens, que se candidatam a estes programas, através do Instituto Português da Juventude, ocuparem saudavelmente os tempos livres entre os meses de Julho e Agosto. Estes projectos foram todos aprovados pelo Instituto Português da Juventude.”

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se apenas de informarmos o Executivo de que a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, em representação da Câmara Municipal, promoveu a apresentação de um conjunto de Candidaturas, algumas delas habituais, outras novidade, mas, adequadas e oportunas. Portanto, da minha parte, apenas congratular-me com a apresentação, com a aprovação das mesmas, e esperar que, ao longo deste período de Verão, os objectivos que lhe estão subjacentes venham a ser atingidos.”

*Foi tomado conhecimento.* -----

**Ponto 5. ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL  
. HABITAÇÃO SOCIAL // PROGRAMA PROHABITA  
- Arrendamento - 1.ª Fase**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL  
HABITAÇÃO SOCIAL // PROGRAMA PROHABITA  
- ARRENDAMENTO - 1.ª FASE

Por deliberação de 26.04.2006 a Câmara Municipal decidiu recorrer ao procedimento da consulta pública para arrendamento de habitações com vista ao realojamento de onze agregados familiares, em situação de grave carência habitacional, no âmbito do PROGRAMA PROHABITA.

Tendo a consulta pública ficado “deserta”, por falta de apresentação de propostas, e seguindo as orientações do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, os serviços procuraram encontrar, em colaboração com os respectivos agregados familiares em causa, habitações disponíveis no mercado de arrendamento. Foi, assim, possível encontrar alguns imóveis com capacidade para o realojamento imediato de 4 famílias, incluindo-se nestas um agregado familiar, a realojar provisoriamente, que integra o PROGRAMA PROHABITA, na vertente aquisição/reabilitação.

## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 28 de Junho de 2007***

Importa, porém referir, que alguns dos agregados que integram o PROGRAMA PROHABITA, na vertente do arrendamento, conseguiram encontrar, de motu próprio, soluções de realojamento, pelo que poderão, eventualmente, ser substituídos por outros.

No quadro em anexo à presente informação, encontram-se identificados os agregados familiares a realojar, nesta 1.ª fase, a tipologia prevista no programa e a do fogo a arrendar, bem como a localização do locado, o preço técnico, o valor de renda proposta pelos proprietários, o valor (máximo) da renda apoiada a ser suportada mensalmente pelos subarrendatários e os valores de participação e de apoio a assumir, respectivamente, pelo IHRU<sup>1</sup> e pelo Município de Soure.

Importa realçar, que à excepção de um dos imóveis<sup>2</sup>, os valores de renda propostos são inferiores ao preço técnico calculado para um dos fogos e que em apenas um dos casos a tipologia a atribuir é superior à prevista para o agregado.

Conclusão:

1. Face ao exposto, sugerimos que a Câmara Municipal delibere Arrendar os imóveis atrás identificados, com vista ao realojamento dos agregados familiares no âmbito do PROGRAMA PROHABITA, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro<sup>3</sup>;
2. Atribuição de um apoio financeiro aos agregados familiares até aos valores constantes do mapa em anexo nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho;
3. Que os valores mensais da renda apoiada a suportar pelos respectivos agregados familiares, no âmbito dos contratos de subarrendamento a celebrar, sejam os constantes do mapa em anexo.

Á Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
26.06.2007

<sup>1</sup> Consideramos, porém, que o valor da participação do IHRU poderá ir até aos 60%, uma vez que se tratam de fogos devolutos para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 153/2004, de 3 de Junho, já que a conclusão da construção dos mesmos é anterior a 31 de Dezembro de 2003.

<sup>2</sup> Em apenas um dos fogos o valor da renda excede em 1,70 euros o preço técnico.

<sup>3</sup> Nenhum dos imóveis possui um valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública.

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “sobre Habitação Social - Programa PROHABITA são os primeiros casos de arrendamento que nós vamos ter, realojando 4 famílias. A informação que os senhores têm, que é completa, assenta num quadro que não haverá dificuldade em analisá-lo; dos onze casos, levamos ao arrendamento quatro que, nesta primeira fase, vão ser concretizados; há uma situação, que é o 4.º caso que têm aí na tabela, que é uma família que vai ao arrendamento e depois irá à aquisição e reabilitação. Foi uma situação que foi aqui

## *12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 28 de Junho de 2007*

explicada na altura da apresentação da Candidatura, que se prende com a situação de saúde de um dos elementos da família, penso que na questão dos arrendamentos, o dado mais importante, é a parte que vai ser da responsabilidade do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, que tem aí o montante e a parte que cabe ao Município de Soure. O Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana é responsável por 40% do investimento e a Câmara Municipal pelos restantes 60%, já está aqui deduzida a parte da renda apoiada dos agregados familiares, a parte que cada agregado familiar irá pagar.

Três das situações ficam em Soure, uma delas vai para o Sobral... gostaria de dizer, e penso que também é dito na informação, que este processo de arrendamento é um experiência muito interessante, porque houve partilha e responsabilidade muito grande por parte das famílias. Portanto, para além da Câmara tentar contactar pessoas que tivessem casas disponíveis para o arrendamento, as próprias famílias vieram até nós trazendo nomes de proprietários de casas que estariam disponíveis para um.”

O Senhor Presidente referiu que: “independentemente de todas as explicações que foram dadas, importa situar o problema. Como sabem nós temos uma Candidatura ao PROHABITA aprovada... o que está em causa é que foi feito um levantamento exaustivo das situações identificadas no Concelho como sendo agregados com grave carência habitacional; feito esse levantamento exaustivo, com a participação de vários parceiros, naturalmente que definimos um programa para procurar encontrar soluções para os casos identificados no mesmo... uns passam pelo arrendamento, outros pela aquisição/reabilitação... é neste contexto de operacionalização que, em 26 de Abril de 2006, aprovámos em reunião de Câmara uma consulta pública para arrendamento de habitações. Essa consulta pública, até porque não há muita tradição de recurso a este mecanismo, ficou, dizem os juristas, deserta... numa situação, num quadro de “deserto” perante uma consulta desta natureza, e também de acordo com as orientações do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, os serviços municipais foram, com a colaboração dos agregados e até de alguns autarcas de freguesia, procurar, digamos, encontrar soluções tidas como adequadas... conseguiram-se, não apenas encontrar moradias, mas ainda com disponibilidade por parte dos proprietários para arrendar por um valor inferior ao preço técnico aceitável, excepto num caso e mesmo nesse com uma diferença de um euro... Portanto, será caso para dizer que estão a ser atingidos plenamente os objectivos sem qualquer tipo de derrapagem económico-social, para já, nestes 4 primeiros casos.

***12.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Junho de 2007***

Assim, o que está em causa, como diz a informação técnica/jurídica, é que a Câmara delibere arrendar os imóveis atrás identificados, com vista ao realojamento... que a Câmara aprove a atribuição de um apoio financeiro aos agregados de acordo com os valores constantes e com a legislação aplicável e que os valores mensais de renda apoiada a suportar pelos agregados, no âmbito dos contratos, sejam os constantes do mapa em anexo. Tudo aquilo que é aqui proposto está previsto no Plano Plurianual de Investimentos e no Orçamento que aprovámos para 2007.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “este programa e estas iniciativas são muito interessantes, só temos que nos regozijar; é importante dar-se nota que após a consulta ter ficado deserta, os serviços da Câmara e as próprias pessoas que se esforçaram para encontrar situações alternativas, o que me parece muito bem, já que, não defendendo situações de “gueto”, em questões desta natureza, a imagem que passa é quase degradante. É importante que se encontrem, nestes programas, soluções importantes, “de repovoamento de determinadas zonas que porventura tendo as casas lá fechadas com a ida destas pessoas pode-se dar um novo ânimo populacional a esses pequenos lugares e, no fundo, revitalizá-los em termos da sua dimensão humana”. Por isso, naturalmente que a nossa bancada não deixará de se regozijar com o encaminhar destas situações porque nos apercebemos da real importância prática, política e social que as mesmas encerram.”

O Senhor Presidente referiu que: “penso que a intervenção que acabou de fazer é mais um elemento evidenciador de que há aqui uma matriz de cruzamento de políticas sociais com políticas urbanas, no que diz respeito à preocupação que está a haver, até de abrir outras janelas, que se prende com a ocupação de prédios devolutos, de criar repovoamentos em zonas de centro histórico. Na prática, estamos a fazer o tal cruzamento de políticas urbanas com políticas sociais...”

Assim, proponho se aprove que se aprove a proposta, conforme decorre da informação jurídica que nos foi distribuída.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar o Arrendamento dos Imóveis, Atribuição de um Apoio Financeiro e os Valores Mensais da Renda Apoiada a Suportar pelos Respetivos Agregados Familiares, conforme decorre da informação técnica/jurídica.-----*

-----  
Ponto 6. ACÇÃO SOCIAL

**12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Junho de 2007**

- . Direcção-Geral da Segurança Social
  - Registo dos Estatutos da Associação de Desenvolvimento Social, Cultural e Desportiva da Freguesia de Tapeus

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, há pouco tempo a Direcção-Geral da Segurança Social tinha informado sobre o registo definitivo dos Estatutos do Centro Social das Malhadas, o que tinha significado, em termos práticos, o aparecimento de uma resposta em termos de IPSS local para as Freguesias de Pombalinho e de Degracias... agora, aparece também já o registo, na mesma Direcção Geral, da Associação de Desenvolvimento Social, Cultural e Desportiva da Freguesia de Tapeus, o que significa que estão criadas, para já, condições jurídicas que, em princípio, potenciarão e irão permitir uma resposta local apoiada pela Administração Central em termos de prestação de serviços aos estratos sociais mais vulneráveis... Estamos a falar de uma Freguesia que, embora tenha alguma vitalidade visível na população escolar, também tem uma parcela significativa de idosos, porque os bons ares da Serra de Sicó são uma mais valia em termos de aumento da longevidade.”

*Foi tomado conhecimento.* -----

**Ponto 7. HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

- . CASAS MORTUÁRIAS – DAS PARÓQUIAS OU INSTITUIÇÕES
  - Apoios ao Investimento // 2007 (1)

**HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO**



+E @L@: XE @. XmoXo. Xre/O

**Apoios ao Investimento // 2007 - (1)**

Proposta

<b>ENTIDADE</b>	<b>TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL</b>
	<b>5.000 €</b>

O Vice-Presidente  
(Santos Mota)  
2007.06.26

**12.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Junho de 2007**

O Senhor Presidente referiu que: “ é uma proposta do Senhor Vice-Presidente na sequência do apoio que aprovámos em 14 de Setembro de 2006 quando, para uma previsão de investimento de 25.000 euros, aprovámos um apoio de 10.000 euros... A informação que nos fizeram chegar no final Março, aponta para uma estimativa no valor de 30.000 euros... assim, foi considerada oportuna a apresentação de uma proposta de reforço final que, na prática, traduza um co-financiamento, um apoio de 50% a este investimento que está em curso.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta do Senhor Vice-Presidente, Santos Mota. -----*

---

**Ponto 8. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS**  
**. Mercado Municipal de Soure**  
**- Proposta de Regulamento**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

ASSUNTO: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS  
MERCADO MUNICIPAL DE SOURE  
- PROPOSTA DE REGULAMENTO

De acordo com o determinado superiormente, procedemos à elaboração do projecto do novo Regulamento do Mercado Municipal de Soure, cuja justificação da sua elaboração se encontra inserida no preâmbulo do mesmo.

Conforme consta no preâmbulo, o Regulamento do Mercado Municipal de Soure tem a natureza de regulamento de execução ou complementar, nesta caso do Dec.-Lei n.º340/82, de 25 de Agosto, que constitui a respectiva lei habilitante em matéria de regulamentação de mercados municipais.

Sendo competência da Câmara Municipal a gestão de instalações de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal, nos termos da alínea f) do n.º2 do artigo 64.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, tal conferir-lhe-ia também competência exclusiva para a aprovação do presente regulamento, nos termos da alínea a) do n.º7 do artigo 64.º daquele diploma.

No entanto assim não sucede, pois no que respeita à competência para aprovar regulamentos que definam as condições gerais sanitárias dos mercados municipais, bem como as condições da efectiva ocupação dos locais neles existentes para exploração do comércio autorizado, desde logo tal competência é expressamente conferida à Assembleia Municipal no artigo 1.º do Dec.-Lei n.º340/82, de 25 de Agosto.

Pelo que conjugando o disposto naquele artigo 1.º com a alínea a) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, à Câmara Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º6 do artigo 64.º também daquele diploma, compete propor à Assembleia Municipal um projecto do Regulamento do Mercado Municipal, para aprovação.

## ***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 28 de Junho de 2007***

Por fim, relativamente ao princípio da audiência prévia de interessados em matéria de procedimento regulamentar e de sujeição a apreciação pública dos regulamentos, embora previstas nos artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, estas normas ficaram dependentes de legislação própria que até ao momento não foi publicada, pelo que na falta de qualquer outra exigência legal específica, nomeadamente a omissão da própria lei habilitante como é no presente caso, a submissão a estas duas fases não é obrigatória.

No que respeita à publicidade, enquanto condição de eficácia dos regulamentos, a lei não estabelece relativamente ao regulamento sobre as matérias em causa qualquer forma especial. Deste modo, de acordo com o artigo 91.º da citada Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, o presente regulamento para ter eficácia externa, carece apenas de publicação em edital afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação<sup>1</sup>.

**Em face do exposto sugere-se:**

**Que o projecto do Novo Regulamento do Mercado Municipal de Soure seja presente ao executivo municipal para apreciação e eventual proposta à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º6 do artigo 64.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro.**

À Consideração Superior  
(Edgar J. Domingues, Dr.)  
26.06.2007

---

<sup>1</sup> Refira-se que as publicações a que se referem o n.º2 do artigo 91.º, embora obrigatórias não são condição de eficácia. Desde que estejam reunidas as condições que permitam o cumprimento desta disposição legal, a autarquia deve publicar os actos que os seus órgãos praticam, naqueles suportes.

e

### INFORMAÇÃO

Tendo em conta que o regulamento em vigor foi elaborado e aprovado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 220/76, de 29 de Março, posteriormente revogado pelo Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de Agosto, bem como a necessidade de fixação de novas regras que salvaguardem as preocupações sentidas na gestão deste equipamento, justifica-se a elaboração do presente projecto do novo Regulamento do Mercado Municipal.

Face ao exposto, sugerimos que o mesmo seja apreciado pelo órgão executivo para eventual submissão do mesmo à Assembleia Municipal, com vista à sua aprovação nos termos da presente informação.

O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
26.06.2007

O Senhor Presidente referiu que: “penso que todos terão tido a oportunidade de ler a proposta de novo Regulamento. Como é dito na informação introdutória isto era uma necessidade de ontem. Importará recordarmos que o Regulamento Municipal, ainda em vigor neste domínio, foi aprovado à luz de um Decreto-lei de 1976, entretanto, revogado... agora importa dotar a Câmara de um novo conjunto de

***12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 28 de Junho de 2007***

regras adequadas, não apenas à legislação de enquadramento vigente, mas, acima de tudo, que dê resposta adequada àquilo que é a actual realidade em termos de Mercado Municipal. Evidentemente que este Regulamento deverá ser, a muito curto prazo, complementado com uma proposta de alteração à Tabela de Taxas e Licenças... Porquê???... não apenas com base neste novo mapa de regras, mas devido aos investimentos significativos feitos nos equipamentos, que nos permitem, de consciência tranquila, dizer: “bom, as taxas, as tarifas, estão muito baixas, as condições não eram muito favoráveis mas, com os investimentos desenvolvidos, faz todo o sentido que haja, não apenas uma actualização temporal, mas uma avaliação temporal, justificada, com investimentos prévios que transformaram para melhor as condições de funcionamento do mercado...” Para já o que está em causa é que a Câmara Municipal aprove este projecto de Regulamento e que o transforme numa proposta a apresentar à Assembleia Municipal.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente Proposta de Regulamento do Mercado Municipal de Soure.-----*

*Foi ainda deliberado submeter esta Proposta à Assembleia Municipal. -----*

**Ponto 9. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2007  
. Apreciação de Propostas de Alteração - 4.ª/4.ª - .**

*Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e três (3) abstenções, aprovar as Propostas de Alteração - 4.ª/4.ª -. -----*